



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

DECRETO nº 162, de 11 de setembro de 2012

"REGULAMENTA A UTILIZAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS, PREVISTA NO ARTIGO 69, INCISO III, DA LEI MUNICIPAL 2.249, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1988, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e

Considerando a necessidade de regulamentar, por via própria, a autorização para ocupação dos logradouros públicos por mobiliário urbano com finalidade especial ou de comércio;

Considerando que o uso e a ocupação de logradouro público depende de prévia autorização da Administração Municipal, encarregada da fiscalização e do controle da finalidade comercial;

Considerando, por fim, o necessário estabelecimento de contraprestação pelo uso e ocupação dos logradouros públicos, bem como dos deveres dos eventuais interessados no uso e ocupação referidos,

DECRETA:

Art. 1º - A ocupação de passeios públicos, praças e demais logradouros públicos com mesas e cadeiras, por restaurante, bar, lanchonete, café, livreria ou similares, somente será permitida para imóveis com alvará ativo e mediante prévia autorização, a título precário, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável ou órgão que vier a sucedê-la, que poderá, quando entender conveniente, solicitar manifestação não vinculante da Secretaria Municipal de Ordem Urbana.

§ 1º - Para a concessão da autorização de uso do passeio público será obrigatório o atendimento das exigências previstas no artigo 69, caput e incisos, da Lei Municipal n. 2.249/88, especialmente:

a) distarem as mesas, no mínimo, 1,20 m (um metro e vinte centímetros) entre si;

b) a quantidade de mesas e cadeiras será a demonstrada na Planta e deverá ser mantida junto ao alvará de localização do empreendimento para consulta da fiscalização municipal.

§ 2º - O pedido de autorização deverá ser acompanhado de Planta de localização, dimensões das mesas e cadeiras e distância entre si, com contas indicativas da largura do passeio, da testada do estabelecimento atendendo às determinações da presente regulamentação.

§ 3º - As mesas e cadeiras somente poderão ser colocadas sobre os passeios públicos após a autorização e pagamento do valor devido para este fim.

§ 4º - O logradouro público não poderá ser utilizado para depósito ou guarda de material ou equipamento, para despejo de entulho, água servida ou similar ou, ainda, para apoio a canteiro de obra em imóvel a ele limdeiro, salvo quando este regulamento expressamente admitir algum destes atos.

§ 5º - As autorizações para utilização do logradouro público, para a colocação de mesas e cadeiras, ficarão vinculadas ao Alvará de Localização e Funcionamento da atividade.

§ 6º - O uso dos equipamentos não poderá:

I - impedir ou dificultar o trânsito de pedestres, o acesso de veículos e a visibilidade dos motoristas, sobretudo em esquinas;

II - prejudicar o livre uso de praças, parques e jardins pela coletividade, salvo se concedida autorização prevista neste Decreto;

III - danificar ou alterar o calçamento e quaisquer elementos de mobiliário urbano, entre os quais postes da rede de energia elétrica, postes de sinalização, hidrantes, telefones públicos, caixas de correio, cestos de lixo e abrigos de pontos de ônibus;

IV - prejudicar ou incomodar o sossego e o bem estar da vizinhança, sobretudo por meio de emissão de gases, odores, produção de ruídos e vibrações e veiculação de música.

Art. 2º - Os estabelecimentos deverão adotar as seguintes normas de limpeza:

I - manter, durante todo o horário de funcionamento, um serviço de limpeza da calçada ocupada e das áreas próximas, utilizando para tais utensílios apropriados para a remoção de todos os detritos;

II - varrer e limpar a calçada imediatamente após o término de funcionamento diário;

III - não lançar nem depositar detritos na pista de rolamento, praças, calçadas e ruas.

Art. 3º - Os proprietários ou responsáveis por cada estabelecimento ficarão obrigados a zelar pela manutenção da higiene e da limpeza externa de seu estabelecimento e de suas imediações, bem como zelar pela ordem e pela moralidade, sob pena de aplicação de multa e cassação de sua autorização de funcionamento.

Art. 4º - As mesas e cadeiras instaladas sobre os logradouros públicos, sem a devida autorização, serão apreendidas pela fiscalização municipal, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis à espécie, na forma da legislação municipal.

Parágrafo único - Iguais providências serão adotadas para os estabelecimentos autorizados que deixarem de atender às normas aqui estabelecidas.

Art. 5º - Os estabelecimentos referidos neste Decreto que não se adequarem às normas ora estabelecidas não terão renovadas suas licenças para localização

e funcionamento.

Art. 6º - Para fins de aplicação deste Decreto e concessão de autorização para uso e ocupação de logradouros públicos municipais, serão utilizadas as definições e deverão ser respeitadas as disposições contidas no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável disponibilizará, aos administrados interessados, documento explicativo, contendo imagens/figuras que facilitem a compreensão das disposições deste Decreto.

Art. 7º - Em contrapartida à utilização do bem público municipal, o interessado pagará anualmente 10% (dez por cento) do valor obtido pela multiplicação da área autorizada para utilização, pelo valor estipulado na PGV (Planta Genérica de Valores) para o logradouro a ser utilizado.

§ 1º - Não será devida a contrapartida de que trata o caput deste artigo em relação à utilização da parte do imóvel referente ao afastamento frontal.

§ 2º - A critério da Secretaria Municipal de Fazenda, o valor anual poderá ser inserido no carnê referente ao IPTU e taxas municipais, com a possibilidade de idêntica quitação em cotas.

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Nova Friburgo/RJ, 06 de setembro de 2012.

SÉRGIO XAVIER

Prefeito

ANEXO ÚNICO

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.

a) logradouro público é:

- o conjunto formado pelo passeio e pela via pública, no caso da avenida, rua e alameda;

- a passagem de uso exclusivo de pedestre e, excepcionalmente, de ciclista;

- a praça;

- o quarteirão fechado.

b) via pública é:

- o conjunto formado pela pista de rolamento;

- pelo acostamento;

- pelas faixas de estacionamento, ilha e canteiro central, se existentes.

c) afastamento frontal mínimo é a menor distância entre a edificação e o alinhamento do lote permitido pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo;

d) afastamento frontal é a distância entre o alinhamento do lote ou terreno e a edificação;

e) afastamento lateral é a distância entre a divisa lateral do lote ou terreno e a edificação;

f) alinhamento é o limite divisório entre o lote ou terreno e o logradouro público;

g) comprimento da fachada do estabelecimento é a medida da projeção da fachada frontal do estabelecimento sobre o alinhamento do lote;

h) testada do lote ou terreno é a medida da linha divisória entre o lote ou terreno e o logradouro público;

i) fachada é qualquer uma das faces externas da edificação;

j) fachada frontal é face externa da edificação voltada para o logradouro público;

2. LOGRADOURO PÚBLICO

2.1 O pedestre e seu local no passeio

Para a presente regulamentação, a faixa reservada ao trânsito de pedestres deverá ter sempre largura igual ou superior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), e localizar-se junto ao alinhamento do imóvel

2.2 Não poderão ser ocupados nos passeios as faixas equivalentes à projeção das larguras de travessias de pedestres e de acessos à portadores de necessidades especiais.

3. PROPRIEDADE PRIVADA

3.1 Exercendo sua atividade sem ser penalizado

1. Não inicie a sua atividade sem obter o Alvará de Localização e Funcionamento sob pena de autuação, de acordo com a Legislação.

2. A autorização para a colocação de mesas e cadeiras é concedida a título precário pela PMNF após análise, ficando condicionada ao Alvará de Localização e Funcionamento.

3. Se sua atividade for bar, restaurante ou similares, lembre-se de que o Código de Posturas é uma regra de convivência e que sua atividade não pode gerar incômodo, principalmente o sonoro e o ambiental.

4. Não utilize mesas e cadeiras no afastamento frontal da via, no passeio antes de ter a respectiva autorização em mãos sob pena de autuação podendo ainda ter seu Alvará de Localização e Funcionamento cassado.

5. Nos casos em que houver notificação prévia, acate as determinações nela contidas. A fiscalização age em conformidade com a legislação em vigor e a notificação prévia serve como aviso de que há alguma irregularidade. O descumprimento sempre acarretará penalidades, que podem chegar à interdição das atividades.

A colocação de mesas e cadeiras apenas é permitida durante o exercício da

atividade de restaurante, bar, lanchonete, café, livreria ou similares.

Conforme as condições locais, o uso poderá ocorrer entre 7h (sete horas) e 23h (vinte e três horas). Após o limite das 23h (vinte e três horas), os estabelecimentos que tiverem a autorização poderão continuar com o uso, entretanto, deverão cumprir as disposições previstas em lei, especialmente objetivando o respeito ao sossego público. Em caso de infração à legislação vigente, o estabelecimento ficará sujeito à multa, à cassação da Licença de Mesas e Cadeiras e do Alvará de Localização e Funcionamento, na forma da Lei.

Existem algumas possibilidades para a colocação de mesas e cadeiras:

a) No afastamento frontal dos imóveis, observando que somente será permitida a utilização após a emissão do Alvará e da autorização relativa às mesas e cadeiras.

b) No passeio de qualquer via, desde que o mesmo tenha largura mínima de 4,00 m (quatro metros), a ocupação não poderá exceder a metade. Nos passeios com largura superior a 4,00 m (quatro metros), a utilização será limitada a 3,00 m (três metros) ou metade do passeio, prevalecendo a menor medida.

c) No quarteirão fechado, desde que seja preservada faixa de pedestre no eixo da via com, no mínimo, 3,00 m (três metros) ou 40% da largura do logradouro, o que for maior.

No caso de praças, poderão ser utilizados, no máximo, 40% da largura entre a testada do imóvel e o meio fio, descontado desta os canteiros, jardins e monumentos porventura existentes, respeitadas a faixa de pedestre e a disposição abaixo.

Para os passeios com largura entre 2,30m e 4m a viabilidade da utilização pretendida se dará pela análise da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, que poderá solicitar manifestação não vinculante de outras Secretarias Municipais, devendo ser atendidas, no mínimo, as disposições abaixo.

Para o cálculo de demarcação da área a ser ocupada deverão constar da Planta quaisquer acessos existentes contíguos à testada do estabelecimento em pauta, preservando um afastamento mínimo de um metro para cada lado deste, o qual não poderá ser utilizado.

A área de cálculo e utilização será a largura de testada do estabelecimento descontada a faixa de acesso se esta existir, multiplicado pela largura passível de utilização, calculada conforme este Decreto.

No caso de anuência, devidamente documentada, do estabelecimento contíguo ao solicitante, poderá ser agregada a testada daquele estabelecimento para a ampliação da atividade, condicionada à análise e à autorização pela Municipalidade.

O Poder Público Municipal poderá conceder autorização especial para a ocupação e o uso de logradouros públicos de forma diversa das especificações anteriores, sempre que assim for recomendado pelos costumes do local do estabelecimento comercial, especialmente em relação a situações já consolidadas na data de publicação deste Decreto, ou por razões de interesse urbanístico e/ou turístico.

Nova Friburgo/RJ, 06 de setembro de 2012.

SÉRGIO XAVIER

Prefeito

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Administrativo: 14299/2012

Convênio: 034/2012

Partes: Município de Nova Friburgo e o Município de Itaocara

Objeto: O presente convênio tem por objeto a cooperação técnica, científica e profissional entre os convenientes, possibilitando a Cessão e Permuta de funcionários públicos estáveis, possibilitando, desta forma a integração entre os convenientes

Prazo: Indeterminado

Foro: Comarca de Nova Friburgo

Nova Friburgo, 31 de agosto de 2012.

Sérgio Xavier de Souza

Prefeito

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Administrativo: 14159/2012

Contrato: 062/2012

Data da Assinatura: 06/09/2012

Partes: Município de Nova Friburgo através da Secretaria Municipal de Turismo e a empresa Legítima Produções e Comércio Ltda-ME

CNPJ: 04.859.743/0001-72

Objeto: Produção e criação de lonas e saias com lay-out e brasão do Município para colocação nos palcos da PMNF

Prazo: imediato

Valor: R\$ 7.014,00 (sete mil e quatorze reais)

Fundamentação Legal: Lei 10520/02 pregão 80/12

Foro: Comarca de Nova Friburgo

Nova Friburgo, 06 de setembro de 2012

Sérgio Xavier de Souza

Prefeito